
**A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL E A
MANUTENÇÃO DO LATIFÚNDIO: uma análise sobre ocupações,
reforma agrária e estrutura fundiária**

**THE LAND STRUGGLE IN MATO GROSSO DO SUL AND THE
MAINTENANCE OF LATIFUNDIA: an analysis of occupations, land
reform and land structure**

Leticia Alves Leonardo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Bolsista Capes.
leh_al95@hotmail.com

Luana Fernanda Luiz

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP/FFLCH). Professora da Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul.
luana_fernanda@hotmail.com

Danilo Souza Melo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (GO). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).
danilosouza.geo@hotmail.com

Sedeval Nardoque

Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.
nardoque@hotmail.com

Resumo

Este trabalho deriva de discussões e análises realizadas no Grupo de Estudos Terra e Território (GETT), vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (MS) e das ações do projeto DATALUTA/MS, vinculado à Rede DATALUTA nacional. Objetiva-se analisar a questão agrária em Mato Grosso do Sul na atualidade, discutindo dados sobre o uso da terra, estrutura fundiária, luta pela terra e Reforma Agrária, evidenciando os problemas agrários resultantes do processo de ocupação e da conversão de terras públicas e de povos indígenas em terra privada. Fundamenta-se em pressupostos teóricos relacionados aos problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo e da luta de classes, inerentes à questão agrária. Para subsidiar as discussões, foram utilizados dados sobre ocupações de terras e criação de assentamentos do Banco de dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Estes dados, sistematizados em gráficos, possibilitaram a análise da dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Somam-se ainda dados sobre a estrutura fundiária obtidos junto ao DATALUTA e uma segunda base georreferenciada do INCRA. Os dados apresentados evidenciam a potência devastadora do monopólio da propriedade capitalista da terra em Mato Grosso do Sul e seus impactos na luta dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária.

Palavras-chave: Questão agrária. Luta pela terra. Estrutura fundiária. Movimentos socioterritoriais.

Abstract

This work derives from the Land and Territory Study Group (GETT) discussions and analyzes, which is linked to the Agrarian Geography Laboratory (GEOAGRÁRIA), of the Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (MS) campus and from actions of the DATALUTA/MS project, linked to the national DATALUTA Network. The objective is to analyze the agrarian question in Mato Grosso do Sul today, discussing data on the land use, land structure, land struggle and land reform, highlighting the agrarian issues resulting from the occupation process and from the conversion of public and indigenous lands on private land. It is based on theoretical assumptions related to the problems arising from the development of capitalism in the countryside and from the class struggle, inherent to the agrarian question. To support the discussions, data on land occupations and settlements creation from the Land Struggle Database (DATALUTA) were used. These data, systematized in graphs, made it possible to analyze the dynamics of the land struggle in Mato Grosso do Sul. In addition, there are also land structure data obtained from DATALUTA and a second georeferenced database from the INCRA. The data presented show the devastating power of the monopoly of capitalist land ownership in Mato Grosso do Sul and its impacts on the struggle of socio-territorial movements for Agrarian Reform.

Keywords: Agrarian question. Land struggle. Land structure. Socioterritorial movements.

Introdução

Este trabalho deriva de discussões e análises realizadas no Grupo de Estudos Terra e Território (GETT), vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (MS). O grupo integra e articula-se à Rede Nacional DATALUTA, responsável pela construção do Banco de Dados da Luta pela Terra. Composto por professores(as), doutorandos(as), mestrandos(as) e graduandos (as), o GETT possui a questão agrária como escopo, dedicando-se a compreendê-la a partir de diferentes vertentes, como a luta pela terra, a Reforma Agrária, o campesinato, a agroecologia, dentre outros. As pesquisas desenvolvidas pelos membros abrangem, principalmente, o estado de Mato Grosso do Sul (MS), onde se pode observar os rebatimentos da questão agrária da escala nacional.

As especificidades na escala estadual são constatadas ao se observar o processo de apropriação capitalista da terra e seus conflitos decorrentes envolvendo movimentos socioterritoriais e povos tradicionais que historicamente ocuparam Mato Grosso do Sul.

O abandono da política de Reforma Agrária, nos últimos governos, indica o alinhamento ideológico do Estado com a burguesia e os proprietários fundiários e, conseqüentemente, promove a manutenção do latifúndio no estado.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar a questão agrária em Mato Grosso do Sul na atualidade, discutindo dados sobre a luta pela terra (ocupações), a Reforma Agrária, a estrutura fundiária e os principais usos da terra. Busca-se ainda evidenciar como os problemas agrários resultam do processo de ocupação do estado e da conversão de terras públicas e de povos indígenas em propriedade privada. Ao longo do trabalho, será argumentado como a questão agrária no estado é desdobramento de processos baseados na apropriação irregular de terras, por meio da burla da lei e da corrupção e o agravamento dos problemas com o avanço do capital no campo.

O trabalho fundamenta-se em pressupostos teóricos que compreendem problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo e da luta de classes inerentes à questão agrária. Autores como Oliveira (2001), Martins (1994) e Fernandes (1999), balizam as discussões realizadas e somam-se a trabalhos atuais realizados sobre a temática em Mato Grosso do Sul.

Para subsidiar as discussões, buscou-se dados secundários sobre ocupações de terras e criação de assentamentos no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Estes dados sistematizados em gráficos possibilitam a análise da dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul ao longo dos anos. Nesse sentido, foram utilizados os dados anuais sistematizados pelo DATALUTA sobre ocupações de terra (1988 a 2018) e criação de assentamentos (1973 a 2018). Somam-se ainda dados sobre a estrutura fundiária obtidos junto ao DATALUTA, e uma segunda base georreferenciada, disponibilizada no banco de dados do INCRA, permitindo a espacialização das informações do estado em mapa. Em relação às informações sobre produção agrícola, foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), bem como as estatísticas de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

Na análise sobre os desdobramentos causados pelo bloqueio da Reforma Agrária no estado, os dados disponibilizados pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) foram sistematizados e analisados, sobretudo a respeito dos

programas de Crédito Fundiário, sendo eles o Programa Banco da Terra (BT) (2000-2001) e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (2006 – 2018), no estado de Mato Grosso do Sul.

Luta pela Terra e a não Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul, assim como no restante do Brasil, permeia a disputa pela terra/território entre camponeses, povos tradicionais, capitalistas e proprietários fundiários. Estas disputas se assentam no histórico processo de apropriação capitalista da terra que violentamente avançou sobre territórios tradicionalmente ocupados pelos povos Guarani (Kaiowá e Nandeva), Terena, Atikum, Kadiwéu, Kiquinau, Guató e Ofaié (NARDOQUE e MELO, 2020).

A luta dos povos indígenas no estado pela manutenção e retomada de seus territórios é anterior ao surgimento dos movimentos socioterritoriais camponeses. Os territórios tradicionalmente ocupados em Mato Grosso do Sul, assim como em todo o país, foram historicamente destruídos no processo de formação do território capitalista brasileiro (OLIVEIRA, 2001).

Atualmente, organizados em movimentos socioterritoriais ou não, camponeses e indígenas lutam pela terra/território realizando ações coletivas geralmente reconhecidas como ocupações e manifestações, muitas vezes reprimidas por meio da violência de proprietários de terras e das forças policiais do Estado.

Segundo Fernandes (1999), as ocupações materializam os espaços de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais. Sendo assim:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária. (FERNANDES, 1999, p.7).

De acordo com Fernandes (1999), é impossível dissociar na História brasileira as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Portanto, são ações estratégicas de luta utilizadas por camponeses e populações tradicionais diante da violenta concentração fundiária, contra a expropriação/expulsão e da luta pela democratização do

acesso à terra. Estas ações são registradas pelo DATALUTA como ocupações, porém há diferenças no sentido para os movimentos socioterritoriais e povos tradicionais.

Segundo Mota (2011), as retomadas são estratégias de luta e resistência por seus territórios tradicionalmente ocupados. Assim:

Podemos considerar que as lutas em torno das retomadas territoriais Guarani e Kaiowa é, fundamentalmente, a busca pela reterritorialização, ou seja, é a necessidade de retorno ao Teko Porã. Tendo em vista que a possibilidade de viver o Teko Porã é inviabilizada para algumas famílias em condição de reserva, havendo a necessidade de disputar o território com as novas formas de apropriação social de seus territórios tradicionalmente ocupados. (MOTA, 2011, p. 293).

Portanto, retomadas são territorialidades de resistências, as quais os indígenas reivindicam seus territórios étnicos ancestrais. Retomada não é ocupação (no sentido interpretada para os movimentos socioterritoriais em luta pela Reforma Agrária), mas o processo de reaver o que foi lhes tomado pelas frentes e pelas práticas de colonização. (MOTA, 2015).

Para Fernandes (1999), as ocupações de terra são ações utilizadas na luta pela terra e também na luta pela política de Reforma Agrária. Assim, “[...] porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.” (FERNANDES, 1999, p. 1). Com essa afirmação, o autor dá indícios de que a questão agrária está além de políticas de governo e se configura como produto do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção.

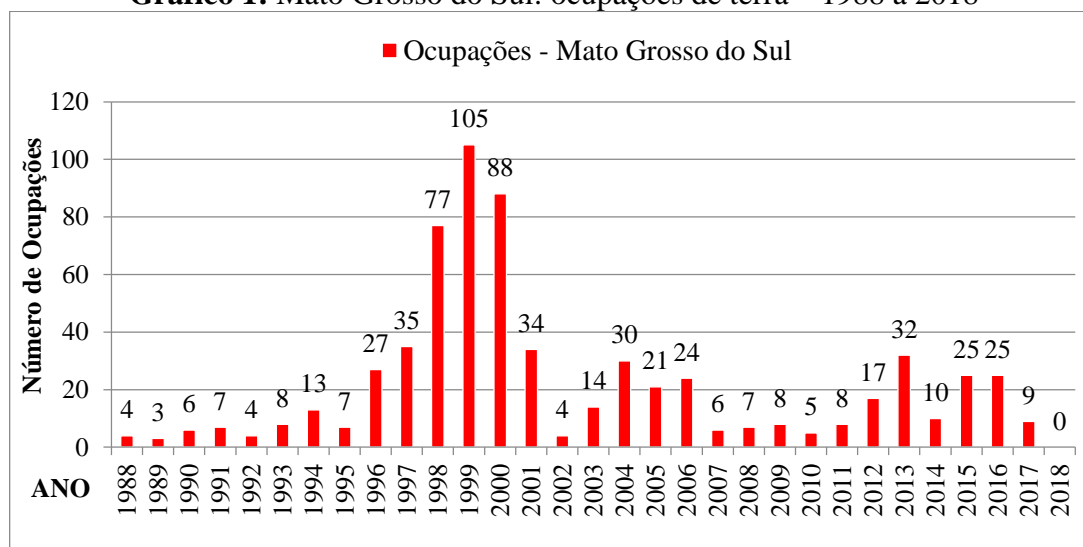
Em Mato Grosso do Sul, a ocupação da fazenda Santa Idalina, no ano de 1984, no município de Ivinhema (MS), é considerada o marco do início da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado (CPT, 1994; MELO, 2017). Passados mais de 35 anos da ocupação da fazenda, a questão agrária acentuou-se, assim como a luta pela terra ganhou novos sujeitos¹ e protagonistas. Os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), apresentados no gráfico 1, permitem a análise da dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, entre os anos 1988 e 2018. Deste período, registra-se o maior número de ocupações de terra entre os anos de 1997 e 2001, com destaque para as 105 no ano de 1999.

¹ Ao longo da história de Mato Grosso do Sul, novos movimentos socioterritoriais de luta pela terra surgiram diante de uma demanda estadual ou de um movimento maior (nacional).

Parte dessas ocupações são resultado da luta dos povos tradicionais indígenas pela retomada de seus territórios, como apontou Melo (2017) sobre o protagonismo indígena na luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

O arrefecimento da luta pela terra em Mato Grosso do Sul e a redução significativa no registro de ocupações, a partir de 2002, explica-se, em parte, pela mudança no Governo Federal com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e a expectativa de uma administração simpática às lutas populares (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018). Assim, observa-se a redução das ações dos movimentos socioterritoriais à espera de política efetiva de Reforma Agrária, mormente a partir de 2007. Também, quadros dos movimentos socioterritoriais, como do MST, participaram do Governo, sobretudo em programas governamentais, como Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Portanto, as lideranças dos movimentos socioterritoriais passaram a disputar as políticas públicas por dentro do Estado.

Gráfico 1: Mato Grosso do Sul: ocupações de terra – 1988 a 2018



Fonte: DATALUTA, 2019.

Todavia, constata-se o aumento das ocupações (Gráfico 1), a partir do ano de 2013, diante da tímida política de Reforma Agrária no Brasil durante os governos do PT (Lula 2003 a 2006 e 2007 a 2010; Dilma de 2011 a 2014 e 2015 a maio de 2016). A grande expectativa de democratização do acesso à terra e justiça social foi substituída pela decepção gerada pela paralisação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Mato Grosso do Sul, aliada aos sucessivos cortes em programas

destinados à agricultura familiar, sobretudo no Governo Dilma Rousseff e a contra Reforma Agrária. (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

O protagonismo da luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo, divide-se entre os movimentos indígenas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o MST. De acordo com os dados do DATALUTA, entre os anos de 1988 e 2018, os movimentos indígenas realizaram 163, enquanto que, no mesmo período, a CONTAG organizou 113 e o MST realizou 75 ocupações de terra. De acordo com Melo (2017), os movimentos indígenas assumiram o protagonismo na luta pela terra/território a partir do ano de 2004, sendo responsáveis pela maioria das ações de ocupação no estado.

A ascensão, a partir de 2013, dos números sobre a permanente luta indígena, e os conflitos decorrentes, ocorreram na intensificação da concentração da estrutura fundiária e no contexto do processo de territorialização do capital no campo. O avanço da agricultura capitalista, sobretudo ligado às agroindústrias, em Mato Grosso do Sul, provocou novos conflitos sobre terras tradicionalmente ocupadas, mas que ainda não foram homologadas ou regulamentadas pelo Estado brasileiro (NARDOQUE; MELO, 2020). Neste caso, as ações, comumente conhecidas e registradas por ocupações, devem ser compreendidas como de retomadas, uma vez que se trata de territórios tradicionalmente ocupados, anteriormente, pelos povos indígenas.

No que concerne às ações dos movimentos socioterritoriais de camponeses, verifica-se o declínio nos números de seu principal objetivo: Reforma Agrária. Tal política não foi concebida nos governos de FHC e petistas (Lula e Dilma) como política de Estado capaz de realizar mudanças sociais no país e nos governos do Partido dos Trabalhadores foi pensada como política acessória e compensatória, segundo Nardoque (2018).

Fernandes (2008, p. 78-79), fazendo uma análise sobre a política de Reforma Agrária no governo Fernando Henrique Cardoso, apontou:

Na primeira gestão, o governo FHC apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período em que mais se assentou famílias. Todavia, a questão agrária se manteve, exatamente por causa de seu caráter estrutural, [...]. Fracassada a teoria do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas.

A expectativa de política de democratização do acesso à terra de forma ampla e popular não se concretizou também nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a maio de 2016). Os números expressivos do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), elaborado em 2003, com meta de assentar 400 mil famílias, não foram alcançados (OLIVEIRA, 2007). As críticas ao Governo Lula são mais enfáticas quando o mesmo divulgou números distorcidos da Reforma Agrária no Brasil, somando-se assentamentos existentes e apenas reconhecidos pelo Estado. Nesta crítica, Oliveira (2007) afirma que o governo não cumpriu com a meta estabelecida no II PNRA e inflou os números agregando-os das diferentes ações (regularização fundiária) e informando como se todos fossem relativos à criação de novos assentamentos. Esta situação é percebida no trabalho de Melo (2015), constatando-se que 11, dos 123 assentamentos “criados” em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2000 a 2012, já existiam e apenas passaram pelo processo de regularização² proposto pelo II PNRA.

Em âmbito nacional, segundo Fernandes (2008), no Governo Lula houve maior articulação e criação de políticas públicas, a exemplo da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que incluiu outros grupos sociais numa Política Nacional. Todavia, aliou-se aos setores do agronegócio e, por meio do Programa Terra Legal (Lei nº 11.952/09), legitimou a apropriação de terras públicas e devolutas na Amazônia Legal.

O gráfico 2 apresenta o número de assentamentos criados em Mato Grosso do Sul entre os anos de 1973 a 2018. Observa-se que o período com maior número de assentamentos criados no estado ocorreu entre os anos de 1998 a 2007, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) e de Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010). Neste mesmo período, registraram-se os maiores índices de ocupações de terras pelos movimentos socioterritoriais no estado de Mato Grosso do Sul (gráfico 1). Esta constatação demonstra a atuação dos movimentos socioterritoriais diretamente responsáveis pela pressão ao Estado para realização de Reforma Agrária e de demarcações de terras indígenas.

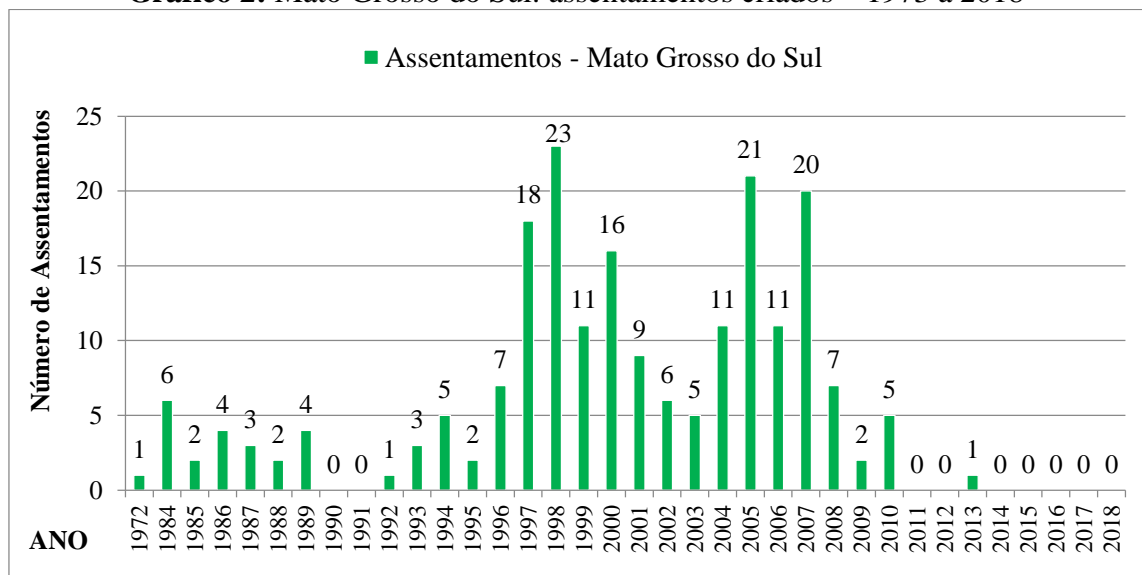
A partir de 2009, houve declínio acentuado na criação de assentamentos em Mato Grosso do Sul, conforme gráfico 2. Os números indicam a paralisação da política de Reforma Agrária no estado acompanhando o contexto nacional das opções políticas dos

² A regularização fundiária consiste no reconhecimento do Governo Federal de áreas já ocupadas por trabalhadores e camponeses ou assentamentos criados no âmbito estadual ou municipal. Assim, não se trata da criação de novos assentamentos, mas de sua regularização na esfera federal.

governos petistas em estabelecer a “paz” no campo por meio do alinhamento político, principalmente com ruralistas (NARDOQUE, 2018). Neste interim, acrescentam-se as mudanças sociais ocorridas no país, como o aumento do ganho real do salário mínimo, redução do desemprego e programas sociais, ainda a criação de programas destinados à agricultura camponesa, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outros (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018 e NARDOQUE, 2018).

O contexto se agravou com o golpe político-jurídico-midiático, em 2016, alcançando ao poder Michel Temer (então Vice-Presidente de Dilma Rousseff), definitivamente consolidando a contra Reforma Agrária no Brasil. Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e, junto com ele, programas para agricultura camponesa foram encerrados ou perderam grande parte de seus recursos oriundos do Governo Federal. Assim como o MDA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sofreu com o desmonte da Reforma Agrária e escassez dos recursos, limitando a já rarefeita ação da autarquia.

Gráfico 2: Mato Grosso do Sul: assentamentos criados – 1973 a 2018



Fonte: DATALUTA, 2019.

A não democratização do acesso à terra no Brasil, ocorrida ao longo da História, e o abandono desta política revelam a opção e o pacto de classes (latifundiários e capitalistas) presentes no Estado brasileiro, permeando os diferentes governos ao longo dos anos, como observado anteriormente, em outros tempos, por Martins (1994).

Constata-se que a *pari passu* em que a Reforma Agrária não ocorreu, políticas de acesso à terra, por meio da compra de terra, foram criadas pelo Estado brasileiro sob a orientação do Banco Mundial. Tais políticas vincularam-se a programas, como Cédula da Terra (1997 a 2002), Banco da Terra (2000 a 2003) e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC) (2003 – atual), que reforçam a propriedade capitalista da terra e seu acesso por meio da compra, promovendo o endividamento de camponeses empobrecidos. Desta forma, tais políticas objetivavam cumprir alguns propósitos: arrefecer a luta pela terra empreendida pelos camponeses e, ao mesmo tempo, beneficiar os proprietários fundiários e o mercado financeiro por meio do mercado de terras e por financiamentos.

No estado de Mato Grosso do Sul, o acesso à terra por meio do Crédito Fundiário iniciou-se no ano de 2001, por meio do Programa Banco da Terra, sob o governo de José Orcírio Miranda dos Santos, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), conhecido como Zeca do PT, o qual foi governador de Mato Grosso do Sul por dois mandatos consecutivos (1999-2002 e 2003-2006).

Segundo Luiz (2020), com base nos dados da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), o Banco da Terra foi implementado em 12 municípios do estado entre os anos 2000 e 2001: Bandeirantes (dois projetos), Bela Vista (um projeto), Campo Grande (três projetos), Coxim (dois projetos), Dois Irmãos (um projeto), Jaraguari (15 projetos), Nova Alvorada Do Sul (três projetos), Rio Brillhante (um projeto), Rio Verde (dois projetos), Rochedo (cinco projetos), Terenos (sete projetos) e Ponta Porã (três projetos). No total, 49 associações foram criadas para intermediação do acesso ao programa Banco da Terra que adquiriu 23 propriedades, e beneficiou 1.249 famílias no estado.

Embora o acesso à terra por meio do financiamento evite a penúria sofrida pelos camponeses nos acampamentos às margens das estradas, os programas de Crédito Fundiário não oferecem condições objetivas suficientes para que os camponeses permaneçam na terra adquirida por meio da compra. A pesquisa realizada por Luiz (2020) revelou que, nos projetos do Banco da Terra criados no estado de Mato Grosso do Sul, há pouco mais de 19 anos, isto é, por quase duas décadas, 425 famílias que aderiram ao programa ainda sofrem com a escassez de água nas áreas adquiridas.

Entre as 1.249 famílias atingidas pelo extinto Banco da Terra em Mato Grosso do Sul, 824 famílias possuem abastecimento de água com atendimento satisfatório ao

consumo humano e animal. As outras 425 famílias passam pela falta de abastecimento de água e dependem de ações desempenhadas por meio de programas emergenciais resultantes de parcerias entre entidades municipais e estaduais. Para Luiz (2020), o acesso à água é decisivo para promover a permanência digna das famílias na terra, e o Programa Banco da Terra em Mato Grosso do Sul não foi capaz de assegurar esse fator elementar às famílias que continuam em situação crítica.

Nestes projetos existe também o problema de inadimplência entre as famílias que acessaram ao Programa. Luiz (2020), a partir dos dados disponibilizados por técnicos da AGRAER, afirma que no estado de Mato Grosso do Sul, entre 2013 e 2018, o Banco da Terra apresentou 134 inadimplentes, com saldo devedor de R\$ 2.407.310 (Dois milhões e quatrocentos e sete mil e trezentos dez reais), mas ainda não constam na Dívida Ativa da União e solicitaram a negociação da dívida.

Em meio às diversas fragilidades apresentadas pelo Programa Banco da Terra em Mato Grosso do Sul, também criou-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), em 2006. Segundo Luiz (2020), a partir dos dados disponibilizados pela AGRAER, somando-se o número de famílias inseridas no Banco da Terra às famílias ingressantes no Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado, a política de Crédito Fundiário atendeu mais de 5.000 famílias, em 43 municípios, no estado de Mato Grosso do Sul.

O PNCF, até o ano de 2017, atingiu 4.357 famílias, com aquisição de 30.884,61 hectares, com aplicação de recursos financeiros correspondentes à R\$ 229.582.551,17 (Duzentos e vinte e nove milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos), atingindo 39 municípios de Mato Grosso do Sul (LUIZ, 2020).

Entre as fragilidades desdobradas pelo PNCF, constatadas por Luiz (2020), estão a ineficiência de assistência técnica, má gestão dos recursos disponibilizados pelo Programa e ausência de assessoramento às associações. No entanto, os recursos financeiros destinados aos investimentos em infraestruturas básicas iniciais, ainda que mal geridos, contribuem com a geração de renda, permitindo, ainda que precariamente, a quitação dos financiamentos e a organização socioeconômica de muitas famílias.

As famílias ingressantes no PNCF no estado padecem em relação à construção da unidade habitacional, e assim como ocorre no âmbito das áreas adquiridas por meio do

Banco da Terra, as áreas adquiridas pelo PNCF, também apresentam problemas com a escassez hídrica (LUIZ, 2020). Ainda segundo a autora, em 2015, das 3.415 famílias ingressantes no PNCF, 2.853 famílias possuíam abastecimento de água para atendimento satisfatório referente ao consumo humano e animal, as demais famílias totalizando 545 apresentavam dificuldades concernentes à segurança hídrica, e necessitam de programas emergenciais para atendê-las.

Desta forma, para Luiz (2020), com base nos dados do IICA (2015), a ausência de criação de programas direcionados aos recursos hídricos para o desenvolvimento da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul impõe entraves para a permanência das famílias na terra, somado à ausência de assistência técnica adequada e às dificuldades de produção e comercialização, dificultam a geração de renda e, logo, o pagamento em dia das parcelas do financiamento da terra.

Em geral, o PNCF tem proporcionado o acesso à terra por meio do endividamento e tem possibilitado a reprodução contraditória do campesinato, assim como constatado por Luiz (2020), durante os trabalhos de campo realizados nos projetos criados por meio do PNCF na Microrregião Geográfica de Três Lagoas (MS).

Portanto, as ações do Estado estão alinhavadas aos interesses de classe, aos agentes do capital, com o objetivo de apropriação de lucro e de renda sob as custas de parte dos camponeses empobrecidos, ao inseri-los à terra e ao sistema financeiro e, ao mesmo tempo, mantendo a concentração fundiária e privilegiando os proprietários de terras. Desta forma, o acesso à terra ocorre por meio de assentamentos da política de Reforma Agrária e dos programas de Crédito Fundiário, possibilitando, ainda que precariamente, aos camponeses a realização do acesso à terra, historicamente cerceado, mas pouco alterando a estrutura fundiária.

A territorialização do capital no campo em Mato Grosso do Sul apoia-se e é apoiada na manutenção da concentração fundiária. Sendo assim, é preciso compreender como historicamente a apropriação capitalista da terra e sua monopolização por proprietários fundiários e capitalistas excluíram camponeses, trabalhadores e povos indígenas da terra.

Gênese da propriedade capitalista da terra e estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul

Os dados sobre Reforma Agrária e a ação dos movimentos socioterritoriais, de ocupações de terra e disputas territoriais, sobre a Reforma Agrária, além dos programas federais para aquisição de terras, destacados no item anterior, evidenciam a luta pela terra em Mato Grosso do Sul. É importante destacar que os conflitos no campo sul-mato-grossense são a materialização da reprodução do capital no campo, de maneira desigual e combinada (OLIVEIRA, 2001), produzindo conflitos e disputas territoriais de camponeses e de indígenas com os capitalistas e os latifundiários, propiciando nesse movimento, a (re)criação camponesa.

As ações de enfrentamento dos movimentos socioterritoriais desnudam as contradições e desigualdades sociais históricas no estado. Os conflitos resultam do desdobramento da questão agrária como forma de resistência camponesa e, principalmente, dos povos indígenas pela retomada de seus territórios tradicionais. A compreensão destes conflitos permeia a análise o processo de apropriação capitalista da terra e sua monopolização pela burguesia e pelos proprietários fundiários.

Portanto, analisar a manutenção e reprodução da concentração de terra no Brasil torna-se fundamental para entender o desenvolvimento capitalista no campo e a territorialização do capital no estado de Mato Grosso do Sul, pois, como apontou Almeida (2011, p. 109):

É, pois, profundamente identificados com a concepção de que a questão agrária é o centro histórico das dificuldades do Brasil rumo ao projeto de democratização no campo e na cidade, que se procura situar o campo sul-mato-grossense. Isso porque, ao contrário do que se pensa, nessa terra do boi, da soja, e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com os proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema, nacional, político e de classe.

Sendo assim, historicamente, a passagem das terras do domínio público para o privado foi fundamental na conformação da estrutura fundiária atual e no agravamento dos problemas agrários. Como apontou Martins (1994), o monopólio fundiário está presente na história política do Brasil como pacto de classes.

Ora, no Brasil, a propriedade fundiária é uma das bases principais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político. Nenhum pacto

político foi feito nesse país, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra. A estrutura do Estado brasileiro está em parte constituída com base nesses interesses. (MARTINS, 1994, p. 96).

O pacto de classes alicerçado na propriedade da terra tem contribuído, também, para o assassinado de camponeses, de indígenas e de outros povos tradicionais. É necessário pontuar que, assim como explicitou Oliveira (2008), a apropriação capitalista de terras no Brasil ocorreu sobre a conversão de terras públicas, territórios indígenas e povos tradicionais, por meio, sobretudo, da grilagem.

Esses processos mais gerais de apropriação da terra também atingiram as terras em Mato Grosso do Sul, contribuindo para a conformação de estrutura fundiária concentrada, como demonstrado na tabela 1, sintetizando os dados do ano de 2018, organizados pelo Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), em número de imóveis e sua área ocupada em hectares.

Os dados na tabela 1 demonstram imóveis rurais com menos de 1 hectare representando apenas 0,10% do total, ocupando 51 hectares, apenas 0,00012% do total da área dos imóveis. Aqueles de um a menos de 250 hectares, representam 73,66% do número de imóveis, ocupando 9,14% da área total, o que corresponde a 3.959.345 hectares. Os imóveis de 250 hectares a 1.000 hectares, representam 17,23% do total, ocupando 9.801.605 de hectares, 20,96% do total da área.

Por outro lado, os imóveis de 1.000 a 5.000 hectares, representam 7,88% do total, ocupando 37,59% da área, ou 16.291.294 hectares. No estrato seguinte, de imóveis de 5.000 a menos de 10.000 hectares são 0,76% do total e 12,35% da área. Outro aspecto importante são os imóveis acima de 50.000 hectares, pois, de acordo com os dados, somam-se apenas 12 imóveis (0,01%) e ocupavam 2.022.802 hectares, ou seja, 12 imóveis concentrando 4,67% da área total da área. Desta maneira, somando-se os estratos dos grandes imóveis, acima de 1.000 hectares, 9.248 propriedades (9,01% do total) concentram 30.295.140 hectares ou 69,9% da área ocupada por todos os imóveis rurais em Mato Grosso do Sul, demonstrando claramente a forte concentração fundiária no estado.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária - 2018

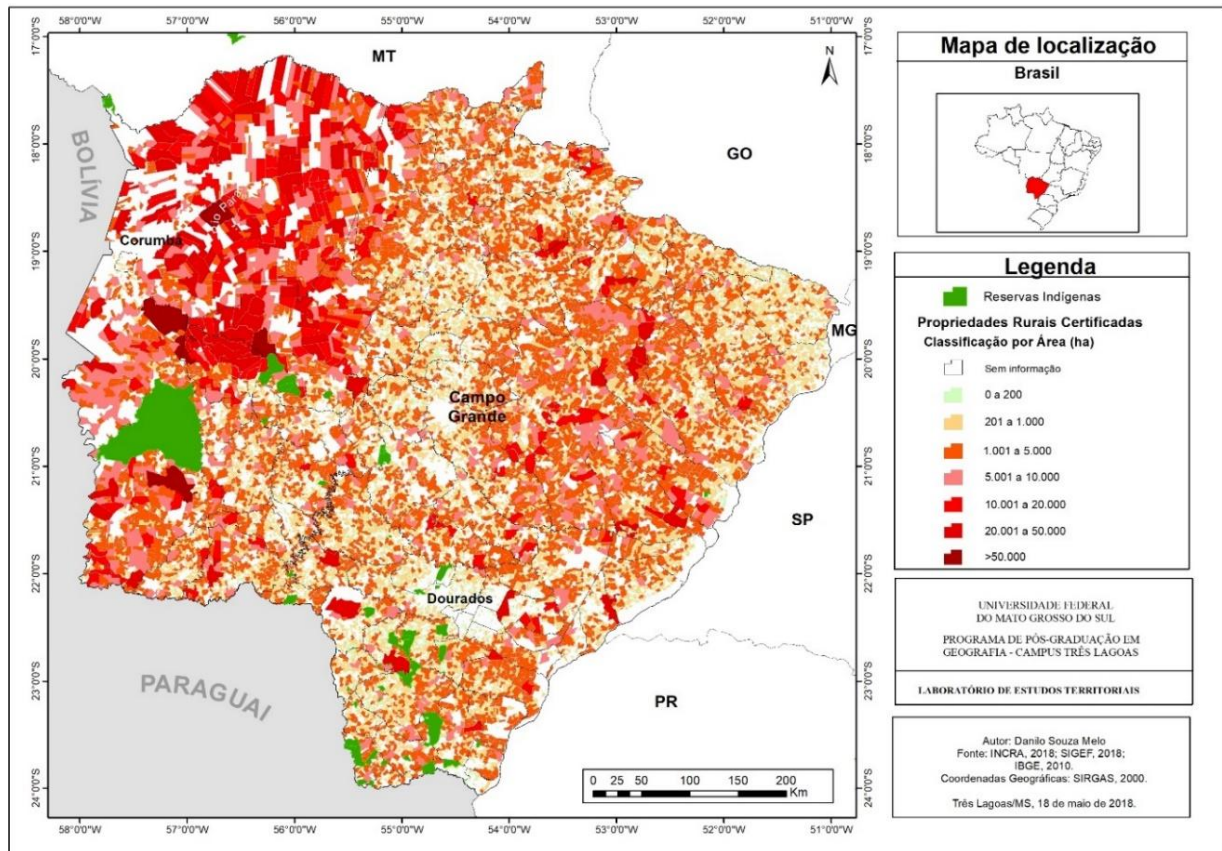
Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
Menos de 1	101	0,10%	51	0,00012%
1 a menos de 250	75.579	73,66%	3.959.345	9,14%
250 a menos de 1.000	17.677	17,23%	9.801.605	20,96%
1.000 a menos de 5.000	8.090	7,88%	16.291.294	37,59%
5.000 a menos de 10.000	777	0,76%	5.353.722	12,35%
10.000 a menos de 20.000	271	0,26%	3.671.242	8,47%
20.000 a menos de 50.000	98	0,10%	2.956.080	6,82%
Acima de 50.000	12	0,01%	2.022.802	4,67%
TOTAL	102.605	100%	43.336.140	100%

Fonte: DATALUTA, 2019.

A espacialização dos dados (mapa 1) da estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul possibilita a observação da distribuição e localização dos imóveis rurais, permitindo assim, a análise das regiões com maior concentração de terra no estado. Assim, de posse dos dados georreferenciados do ano de 2018, do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), pertencentes ao INCRA, foi possível mapear os imóveis rurais do estado e classificá-los de acordo com seu tamanho.

O mapa 1 evidencia os dados de estrutura fundiária a partir da localização dos imóveis no estado de Mato Grosso do Sul. A leitura do mapa permite concluir a predominância da grande propriedade em algumas regiões do estado, de forma mais evidente na região Oeste, especificamente no Pantanal sul-mato-grossense, (BRAZ *et al.*, 2020), mas que se encontra presente também em parte da região Leste. A pequena propriedade, de até 200 hectares, é quase imperceptível na representação em relação às propriedades maiores, mas, principalmente, comparada com as de dimensão acima de 1.000 hectares.

Mapa 1: Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária - 2018



Fonte: INCRA, 2018

Org.: Danilo Souza Melo, 2018.

Além do controle do bioma Pantanal, observa-se ainda o cercamento das reservas indígenas pelo latifúndio. Esta proximidade entre agricultura capitalista e povos indígenas revela como a questão agrária em Mato Grosso do Sul está eminentemente propensa a conflitos fundiários.

A conformação dessa estrutura fundiária é produto de formas históricas de acesso à terra e de ocupação do território. A concentração de terras no Mato Grosso do Sul agravou-se com a criação da Lei de Terras em 1850, com a Proclamação da República (1889) e a consequente transferência do poder de legislar sobre a terra para as oligarquias regionais mato-grossenses. Segundo Moreno (1994), o sistema federativo beneficiou as oligarquias rurais com a transformação das antigas províncias em estados, que passaram a ter autonomia, fortalecendo os poderes locais a partir de 1889.

Dessa forma, para Fabrini (2008), o estado de Mato Grosso do Sul nasceu com a estrutura fundiária concentrada. Suas terras foram apropriadas e exploradas a partir das ações do Estado. Importante lembrar que a criação de Mato Grosso do Sul ocorreu em

1977 e sua instalação em 1979, separando-se de Mato Grosso. A política fundiária do governo, nas primeiras décadas do século XX, ainda estado de Mato Grosso, foi estabelecida com leis regulatórias de acesso à terra, mas usadas como mecanismo político para a apropriação de terras pela oligarquia regional e de outros lugares, promovendo, dessa forma, o monopólio fundiário. Nesse processo, para Moreno (1994), enormes extensões de terras foram incorporadas ao domínio privado e à revelia da lei, concedidas a empresas de exploração e colonização e a pessoas ligadas ao governo, em Mato Grosso. Esse período foi marcado pela legitimação das grilagens de terra, por corrupção dos governantes e de peritos agrimensores. Assim:

Desde os primeiros anos dos governos da Primeira República, a tendência da política fundiária apontava para a concentração, seja pela legitimação de grandes posses de terras devolutas, que vinham em situação irregular desde o império, seja pela venda ou concessões via arrendamentos, que acabavam sendo privatizadas, a título preferencial. (MORENO, 1994, p. 110).

O monopólio de enormes extensões de terra ainda era resultante das ocupações e das posses que deveriam ter caído em comisso, mas que foram legitimadas pela constante dilação de prazos. O governo não queria se indispor com os latifundiários, revelando assim relações espúrias de corrupção e clientelismo. (MORENO, 1994).

A ocupação do atual estado de Mato Grosso do Sul, foi baseada, desde o início, na grande propriedade. Assim, para Abreu (2001), após a Guerra do Paraguai, o espaço mato-grossense estava dividido em “ilhas” de atividades econômicas. O Norte destacava-se na exploração da borracha; o Noroeste, com o extrativismo da mata ipecacuanha ou poaia; no Pantanal e ao Norte, os latifúndios tradicionais e as usinas de cana-de-açúcar; e no Sul, os grandes estabelecimentos de pecuária bovina e as matas nativas dos ervais.

O processo de ocupação da região Sul de Mato Grosso que, posteriormente, veio a se constituir o estado de Mato Grosso do Sul, pode ser entendido, inicialmente, a partir de três momentos, desde o final do século XIX até os anos 1960: a concessão de extensas áreas de ervais para a Companhia Matte Larangeira, a formação de fazendas de gado e também com a instalação de empresas de colonização. (LEONARDO, 2020).

Em relação à Companhia Matte Larangeira, Bianchini (2000) aponta que a empresa foi beneficiada com os arrendamentos de áreas com ervais nativos. Essas terras recebidas pela empresa, na figura de seu proprietário Thomas Larangeira, não seguiam a regra geral de compra e venda, mas de arrendamento, destinado a uma única pessoa.

A companhia Matte Larangeira cumpria o papel de barreira, com milícia própria, impedindo a ocupação de migrantes, principalmente do Sul do país, concentrando terras. Para Moreno (1994, p.151), a empresa “[...] monopolizou a exploração da erva-mate no sul do estado, numa área de três milhões de hectares, por mais de 50 anos”.

O monopólio da terra pela Companhia impactou sobremaneira a vida dos povos indígenas que viviam na região. As concessões dos arrendamentos se deram em cima de território Kaiowá e Guarani, que foram expropriados e confinados em reservas indígenas. Esse processo de extermínio dos povos indígenas, legitimado pelo Estado, objetivou criar condições para que o sertão “vazio” pudesse ser “civilizado”. (SILVA, 2016). A questão indígena é um dos elementos fundamentais da questão agrária no Mato Grosso do Sul, como já apontado por Nardoque e Melo (2020).

Paralelamente à atividade ervateira, estava a criação de gado na região, pois a pecuária era a atividade econômica que prevalecia na economia regional, sendo que, à medida em que iam se esgotando os ervais, as terras ficavam livres para a pecuária e as grandes fazendas criatórias predominavam. (BIANCHINI, 2000; ABREU, 2001).

Fabrini (2008) destaca a pecuária como elemento importante na ocupação da região, apontando que a atividade se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, com o melhoramento do rebanho de gado, a criação de raças de puro sangue e a abertura das “estradas boiadeiras”, ligando as áreas criatórias às de engorda em Minas Gerais e em São Paulo.

Com essas duas atividades, a erva-mate e a pecuária, o Sul de Mato Grosso, conformou-se na grande propriedade, solidificando a concentração de terra. No caso das fazendas de gado, foram as responsáveis pela formação de elite regional assentada na propriedade da terra. Sodré (1990) classificou a elite regional como a “Civilização do Couro”, devido ao predomínio da pecuária.

Em relação às empresas de colonização, Silva (2008) aponta que os empreendimentos imobiliários haviam se transformado em grande negócio de venda de terras aos imigrantes e aos colonos. No estado de Mato Grosso, houve inúmeras companhias com o objetivo de colonização, a elas foram concedidas grandes extensões territoriais para a fundação de núcleos coloniais. Contudo, o que de fato aconteceu foi o fracasso de muitas delas, que contribuíram mais para a expansão da grande propriedade do que, propriamente, o parcelamento em lotes pequenos.

Além das empresas privadas de colonização, Mato Grosso do Sul, na época ainda Mato Grosso, recebeu a companhia de colonização estatal, resultante da política de colonização delineada no Estado Novo. No contexto da política da “Marcha para Oeste” do Governo Getúlio Vargas, foi criada a Fundação Brasil Central, com o objetivo de promover a integração nacional. A região de Dourados foi alvo do projeto e, em 28 de outubro de 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), instalada em janeiro de 1944. Em 1948, a colônia passou a receber migrantes. (ABREU, 2001).

A implantação da CAND tornou a região ainda mais conflituosa, pois o empreendimento foi estabelecido sobre terra indígena Kaiowá e, novamente, os povos indígenas sofreram com a invasão de seus territórios e a exploração de sua mão de obra. A CAND marcou o início da luta por retomada dos territórios indígenas. (MOTTA, 2013).

A região de Dourados passou pelo processo de reconcentração fundiária, pois entre os primeiros colonos, ocorreram vendas ou trocas de suas terras para se dirigirem mais ao Norte ou mesmo devido à migração campo-cidade. Esse processo contribuiu, em parte, para a reconcentração fundiária na região, mas de acordo com Motta (2013), outros fatores também contribuíram para esse processo. Os fatores ambientais, decorrentes das características do solo da região, a ausência de técnicas de conservação dos solos, a geada de 1975, que destruiu as plantações de café, algodão, também contribuíram para o aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo no campo, propiciando a industrialização da agricultura, com a substituição das lavouras tradicionais pelos cultivos de trigo, de soja e a pecuária. (MOTTA, 2013).

Nos anos 1970, as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) também foram, segundo Abreu (2001), as responsáveis pela reorganização econômica do estado de Mato Grosso. As políticas públicas, destinadas ao estado, contribuíram para a expansão do capital na fronteira. As construções das estradas BR 346 e BR 163 promoveram salto rodoviário muito importante para a integração da região. O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) estimulou a criação de novos polos de desenvolvimento, expandindo os cultivos de grãos. (ABREU, 2001).

As políticas desenvolvimentistas destinadas à Região Centro-Oeste foram importantes para a expansão da pecuária, dos cultivos de grãos e, recentemente, do plantio de eucalipto. Assim, todas as estratégias e políticas públicas foram usadas pelo Estado,

em consonância com os interesses dos proprietários fundiários, para promoção do processo de apropriação capitalista da terra, culminando no seu monopólio e na expansão do capital no campo. (LEONARDO, 2020).

A forte concentração fundiária em Mato Grosso do Sul contribuiu, nas últimas décadas, para o avanço dos processos de territorialização do capital no campo no estado, sobretudo dos setores ligados à cana, à soja (grãos) e ao eucalipto. O arrefecimento da luta pela terra nos últimos anos, sobretudo pelos camponeses, e não realização de Reforma Agrária contribuem para o avanço do capital no campo, também.

Os recentes dados de produção agrícola do estado evidenciam esse processo de aprofundamento da internacionalização do capital no campo sul-mato-grossense. A pecuária bovina, tradicional no estado, sofreu pequena retração. Os dados sobre o efetivo dos rebanhos bovinos apresentaram queda nos últimos 18 anos em Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na tabela 2. O número de cabeças passou de 22.205.408 cabeças, em 2000, para 20.896.700 cabeças, em 2018, redução de 5,89%.

Tabela 2: Brasil e Mato Grosso do Sul: Efetivo de rebanho bovino (Cabeças)

Brasil E UF	2000	2005	2010	2015	2018
Brasil	169.875.524	207.156.696	209.541.109	215.220.508	213.523.056
MS	22.205.408	24.504.098	22.354.077	21.357.398	20.896.700

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 2018.

Org.: Autores, 2020.

Em contrapartida, os monocultivos de cana-de-açúcar, de soja e de eucalipto apresentaram crescimento significativo. Em relação ao plantio de cana-de-açúcar, a tabela 3 evidencia o aumento na área colhida nos últimos 18 anos em Mato Grosso do Sul, acompanhando o aumento nacional. A área colhida com cana-de-açúcar passou de 98.938, em 2000, para 680.611 hectares, em 2018, significando o aumento de 587,92%.

Tabela 3: Brasil e Mato Grosso do Sul: Área (ha) colhida com cana-de-açúcar, 2000 - 2018

Brasil e UF	2000	2005	2010	2015	2018
Brasil	4.804.511	5.805.518	9.076.706	10.111.376	10.042.199
MS	98.938	136.803	399.408	545.650	680.611

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2018.

Org.: Autores, 2020.

A quantidade produzida de cana-de-açúcar, conseqüentemente, também apresentou crescimento. Em 2000, a quantidade registrada foi de 5.837.456, passando para 34.795.664 toneladas em 2010; e em 2018, registrou-se a quantidade de 49.794.753 de toneladas. O aumento foi de 753,02% na quantidade de toneladas produzidas, em relação ao ano de 2000. (IBGE, 2018).

Os dados do IBGE, apontados na tabela 4, demonstram a área plantada com soja de 1.106.301 ha, em 2000, para 2.713.062 ha, em 2018. O aumento foi de 145,24%.

Tabela 4: Brasil e Mato Grosso do Sul: Área plantada de soja – 2000 a 2018

Brasil e UF	2000	2005	2010	2015	2018
Brasil	13.693.677	23.426.756	23.339.094	32.206.387	34.831.743
MS	1.106.301	2.038.176	1.732.492	2.350.927	2.713.062

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2018.

Org.: Autores, 2020.

O aumento da área plantada se reflete na quantidade de toneladas produzidas. Os dados evidenciam que, no ano de 2000, foram produzidas 2.486.120 de toneladas; em 2010, a quantidade aumentou para 5.340.462 de toneladas. Esse quantitativo aumentou para 9.869.382 de toneladas, ou 296,98% em relação ao ano de 2000.

Mas foi a indústria de produtos e subprodutos oriundos da silvicultura de eucalipto que ganhou destaque nos últimos anos. O plantio de eucalipto é realidade em Mato Grosso do Sul, principalmente nos municípios de Três Lagoas, Selvíria, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, modificando o perfil agrário da região (SEMAGRO, 2015). No estado do Mato Grosso do Sul, encontram-se cinco dos 10 municípios com maior área de florestas plantadas do país. Os municípios de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo apresentaram as maiores áreas de árvores plantadas, com 263 mil hectares e 220 mil hectares, respectivamente. O *ranking* dos municípios com maiores áreas de florestas plantadas na silvicultura ainda conta com os seguintes municípios sul-mato-grossenses: Água Clara, Brasilândia ocupando, respectivamente, o 4º e 5º lugar; e Selvíria, no 8º lugar, no ranking. O município de Três Lagoas, considerado polo nacional produtor de celulose, apresentou o segundo maior valor de produção da silvicultura, com R\$ 280,5 milhões. (PEVS, 2018).

A tabela 5 demonstra os dados da área total da silvicultura no Brasil e em Mato Grosso do Sul, evidenciando o crescimento progressivo ao longo dos anos. Em 2014, a soma dos plantios de eucalipto e pinus, no estado, foram de 892.081 ha, passando a

998.083 ha, em 2016. Em 2018, a área atingiu 1.133.218 ha, um aumento de 27,03% em relação a área ocupada no ano de 2014. (IBGE, 2018).

Tabela 5: Brasil e Mato Grosso do Sul: Área total dos efetivos da silvicultura (Hectares), 2014, 2016 e 2018

Brasil E UF	2014		2016		2018	
	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus
Brasil	6.952.509	2.049.234	7.457.676	2.003.855	7.543.542	1.984.333
MS	886.381	5.700	993.807	4.276	1.121.914	11.304

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2018.

Org.: Autores, 2020.

A empresa FIBRIA-MS Celulose Sul Mato-Grossense LTDA (Atual Suzano), gigante no setor de celulose no país, é proprietária de 75.241,58 ha nos municípios de Brasilândia, Selvíria e Três Lagoas, de acordo os dados do SIGEF. Deve-se considerar ainda as demais áreas destinadas ao plantio de eucalipto e pinus por meio de parcerias ou arrendamentos com os proprietários fundiários, elevando desta forma o controle territorial da empresa. A concentração de terras em Mato Grosso do Sul foi intensificada com o processo de territorialização do capital no campo, apoiado pela opção clara do Estado pelo agronegócio produtor de *commodities*. (LEONARDO, 2020).

Considerações finais

A busca por justiça social e democratização do acesso a terra em Mato Grosso do Sul é historicamente um processo ignorado pelo Estado brasileiro levando à vida de penúria de camponeses, trabalhadores e povos indígenas. Esta luta por terra e território no estado demonstra como a luta de classes está presente nos campos sul-mato-grossenses na atualidade. Os dados apresentados evidenciam a potência devastadora do monopólio da propriedade capitalista da terra em Mato Grosso do Sul e seus impactos na luta dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária. A questão agrária e seus conflitos decorrentes analisados no estado fundamentam-se no processo histórico de apropriação de terras públicas e de territórios dos povos indígenas pela burguesia e pelos latifundiários.

Nesse sentido, o Estado é o responsável pelo caos fundiário, pois historicamente colocou à disposição das oligarquias rurais todo seu aparato jurídico e político para que extensas áreas de terras públicas fossem cercadas privadamente assim como terras

tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Dessa forma, entende-se que as ações ou omissões do Estado, criaram as bases para o desenvolvimento da concentração da propriedade capitalista no campo e, sobretudo, para o avanço da territorialização do agronegócio, impossibilitando o acesso à terra pela população pobre.

A apropriação capitalista da terra gerou graves problemas na realidade sul-mato-grossense, culminando em intensos conflitos fundiários com os camponeses sem terra e povos indígenas. A ocupação da fazenda Santa Idalina, em 1984, foi o marco na organização e luta dos movimentos socioterritoriais no estado. Os dados de luta pela terra indicam o permanente enfrentamento realizado por meio de ocupações de terra pelos camponeses e povos indígenas diante da violência imposta pela concentração de terra.

A dinâmica no número de ocupações, entendidas como ações estratégicas de luta, tanto pela terra, como pelas políticas de Reforma Agrária, conforme apontado, desnudam o processo de contra Reforma Agrária em curso no país, com graves implicações em Mato Grosso do Sul. A eleição dos governos petistas influenciou na redução destas ações mediante a possibilidade de um projeto de Reforma Agrária popular. Todavia, as opções políticas dos governos do Partido dos Trabalhadores nas escalas nacional e estadual em promover a conciliação entre classes sociais refletiu na não realização de Reforma Agrária ampla e popular, agindo em favor da manutenção do latifúndio.

Além do bloqueio da reforma agrária, houve, no mesmo período de análise, a criação de políticas de acesso à terra por meio da compra, como os programas Cédula da Terra, Banco da Terra, e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Esses programas propiciaram precariamente o acesso à terra aos camponeses que recriam seu modo de vida contraditoriamente na terra financiada. Todavia, essas políticas de acesso à terra por meio da compra, promoveram o endividamento dos camponeses e reforçaram a propriedade capitalista da terra. Também, pouco alteraram a estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul.

A paralisação dos projetos de Reforma Agrária, acentuada a partir de 2009, somando aos recentes ataques as minorias e o cerceamento dos seus direitos, promovidos após o *impeachment* de Dilma Rousseff, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o encerramento de programas destinados para agricultura camponesa e o desmonte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com implicações diretas no campo sul-mato-grossense, escancaram a opção

clara do Estado em favor da agricultura capitalista comumente reconhecida como agronegócio.

O alinhamento entre burguesia, proprietários fundiários e Estado permitiu o desenvolvimento da agricultura capitalista em Mato Grosso do Sul. Desta maneira, além da pecuária, as atividades monocultoras, da cana, soja e eucalipto se desenvolveram sob a concentração da grande propriedade no estado. A territorialização do capital nos campos sul-mato-grossenses, em contrapartida, permite o mascaramento do monopólio da terra e seu caráter rentista, além dos processos ilícitos de apropriação da terra e da falsa impressão de produtividade no campo.

Esta condição evidencia a complexidade da questão agrária e o posicionamento do Estado diante dos conflitos territoriais envolvendo camponeses e povos indígenas em busca da manutenção de seus modos de vida e acesso à terra. Com a eleição de um governo conservador, em 2018, a perspectiva para a Reforma Agrária, em Mato Grosso do Sul e no Brasil, é ruim. Com isso, entende-se que conflitos entre burgueses, proprietários fundiários e movimentos socioterritoriais tendem a aumentar, sobretudo as ocupações de terra e as retomadas dos territórios tradicionais dos indígenas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. v. 1, p. 103-134, 2011.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação de terra no Sul de Mato Grosso 1880-1940**. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

BRAZ, Adalto Moreira et al. A Estrutura Fundiária do Pantanal Brasileiro. **Finisterra**, Lv (113), p. 157-174, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. (mimeografado) Campo Grande. 1994.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório anual**. São Paulo, 2019.

FABRINI, João Eduardo. A posse e a concentração de terra do sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande. Editora UFMS, 2008, p. 53-80.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: **Revista Cultura Vozes**, número 2, ano 93. 1999.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, p. 73-85, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-8, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2018_v33_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Produção Agrícola Municipal**, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____. **Produção da Pecuária Municipal**, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em 20 jun. 2020.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <https://sigef.incra.gov.br>. Acesso em 15 mai de 2018.

LEONARDO, Leticia Alves. **Questão Agrária e Patrimônios Religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)**. Três Lagoas: 2020. 269 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

LUIZ, Luana Fernanda. **Questão Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e Desdobramentos para o Campesinato na Microrregião de Três Lagoas (MS)**. Três Lagoas: 2020. 341 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. Três Lagoas: 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

_____. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista NERA**. – v.20, n. 39, p 133-160, dossiê., 2017.

MORENO, Gislaene. **Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

MOTTA, Regina Celia Carvalho de Sá. **As linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados, MS**. 242 f. Dissertação (mestrado em Geografia), UFGD, 2013.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-*tekoha* - Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2015.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula In: COELHO, Fabiano. CAMANHO, Rodrigo S. (Orgs). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos Governos Petistas. Curitiba: Editora CRV. p. 243-272, 2018.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA: Geografia em Debate** (UFPB), v. 12, João Pessoa, 2018.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 90-109, dossiê, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Set/ Dec. 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Editora UFMS, Três Lagoas, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR. SEMAGRO. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Regiões de Planejamento, 2015. Disponível em:

<http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SILVA, Lígio Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do Sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o Governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 31, p. 26-42. 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

Recebido em 21/07/2020. Aceito para publicação em 15/04/2021.
--